

EXPERIÊNCIAS DE PESQUISA EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS

PATRÍCIA FERNANDES MATHIAS MORALES¹; ROSANE APARECIDA
RUBERT²

¹Departamento de Museologia, Conservação e Restauro (UFPEL) -
patriciamoralespel@gmail.com

²Departamento de Antropologia e Arqueologia (UFPEL) – rosru@uol.com.br

1. INTRODUÇÃO

Comecei a participar do Projeto de Pesquisa “Territórios negros na região central e na região das antigas charqueadas do RS: fluxos de memórias e fronteiras étnicas em uma perspectiva” no segundo semestre de 2012. O objetivo do projeto é “estudar as modalidades de consolidação territorial e as estratégias de reprodução e resistência à desterritorialização, empreendidas no transcorrer do tempo por parte das comunidades negras rurais situadas na região central e na região das antigas charqueadas do estado do RS, atentando para as singularidades, e ao mesmo tempo, para as similitudes existentes entre estes distintos contextos”.

O meu envolvimento está se dando com comunidades da região das antigas charqueadas, especialmente com uma comunidade de Canguçu (Maçambique), uma de São Lourenço do Sul (Monjolo) e outra de Piratini (Fazenda Cachoeira). Enquanto afrodescendente e aluna do curso de Museologia me interessei pelo tema por ter interesse em saber como se formaram estas comunidades de descendentes de africanos(as) escravizados(as). Me interesse também em saber com mais detalhes como aconteceu a escravidão no contexto regional. Como são comunidades que estão passando por um processo de reconhecimento do território, tento contribuir para a reconstituição da memória por meio de pesquisas em fontes orais e documentais. A pesquisa vem sendo realizada junto com outros pesquisadores e estudantes, trata-se de uma pesquisa coletiva e vou tentar detalhar as atividades em que me envolvo.

Existem diversos entendimentos do que é uma comunidade remanescente de quilombos e ainda estou aprofundando leituras sobre o tema. São grupos afrodescendentes que vivem geralmente no meio rural, possuem formas próprias de identidade e organização e que nos últimos anos estão em busca de alguns direitos, como o direito à terra. Segundo Ilka Boaventura Leite (2000, p. 345), “Trata-se, portanto, de um direito remetido à organização social, diretamente relacionado à *herança*, baseada no parentesco; à *história*, baseada na reciprocidade e na memória coletiva; e ao *fenótipo*, como um princípio gerador de identificação, onde o casamento preferencial atua como um valor operativo no interior do grupo”.

2. METODOLOGIA

As minhas atividades tem sido transcrição de documentos de arquivos que podem esclarecer sobre a presença negra nestes locais. Os documentos que estão em Arquivos de outras cidades são fotografados e são lidos por meio de computador e reescritos em arquivos de edição de texto. Os documentos são ações de liberdade (Canguçu) e livros paroquiais de registros de terras (Piratini).

Outra atividade é acompanhar a equipe nas pesquisas em Cartórios de Registros Civil (Distrito de Boa Vista – São Lourenço do Sul). Leva-se uma lista de nomes e sobrenomes fornecidos por integrantes das comunidades e se procura por eles em livros de registros de nascimentos e óbitos, especialmente aqueles que pegam o período da escravidão e recém pós-abolição. As informações dos registros são anotadas em fichas padronizadas, que são reunidas em arquivos digitais separados por livros.

Realizei também algumas atividades de observação participante e de diagnóstico socioeconômico na comunidade de Maçambique. Nestas situações, que geralmente envolvem um dia inteiro, é feito o preenchimento de questionários ou realização de entrevistas com gravador. A transcrição destas entrevistas também é uma atividade na qual me dedico (ouvir e digitar literalmente os diálogos gravados).

3. RESULTADO E DISCUSSÃO

As Ações de Liberdade (município de Canguçu) são processos judiciais que eram movidos por escravos e escravas junto ao poder judiciário da época (década de 1870 em diante) para alcançarem a liberdade pelos mais diferentes mecanismos, especialmente pelo fundo de emancipação. Este fundo era formado por verbas destinadas à indenização de proprietários em troca de cartas de liberdade. Mas também havia casos de escravos e escravas que argumentavam que permaneciam nesta condição injustamente, por várias razões: já haviam sido libertados por antigos senhores ou viviam no Uruguai quando houve a abolição da escravidão lá, se considerando por isso, livres. E quando voltavam ao Brasil lhes era imposto novamente a condição de escravos porque aqui a abolição não tinha acontecido. Foi o caso do escravo Antonio, pardo, que pertencia a Joana Silveira do Amaral e de Jacinto, africano, escravo de Aparício José Barbosa. Esses documentos tem me permitido entender que mesmo sendo escravos, muitos indivíduos buscavam recursos e brechas na lei para conquistarem a liberdade. Algumas perguntas para futuros estudos e pesquisas podem ser feitas: como eles tomavam conhecimento dessas leis? Seriam auxiliados por pessoas interessas por alguma razão pela sua liberdade?

As transcrições dos registros de terras proporcionam conhecer como se deu a formação da estrutura agrária na região (Piratini). Prevalecem registros de grandes áreas, mas indiretamente se reconhece que libertos também tinham pequenas áreas de terras. No livro de registros de Piratini (folha 20 face e verso, registro nº 38) Manoel Pereira da Silva Batalha ao fazer o registro de

sua terra cita Catharina, liberta, como confrontante, indicando que ela também tinha uma área de terras.

A pesquisa no registro civil permite fazer a reconstituição genealógica das parentelas afrodescendentes, fornecendo nomes de pessoas que muitas vezes se perderam da memória da comunidade, porque muitas pessoas migraram pra cidade gerando lacunas na memória. O registro de óbito de uma pessoa mais velha, que faleceu até 1920, caso cite seus filhos e ascendentes, indica se estes filhos nasceram ou não quando ainda vigorava a escravidão, por exemplo. A indicação dos locais de sepultamento no registro também fornece indicativos da relação histórica da comunidade com alguns locais sagrados.

A observação participante e transcrição de entrevistas da comunidade de Maçambique permitiu compreender um pouco sobre as características dos lugares em que estas comunidades se encontram (serranias, áreas pedregosas e com mata), a forma como sobrevivem nestes locais, desde quanto tempo estão lá, as maneiras de deslocamento para o colégio, etc.

4. CONCLUSÕES

O Projeto vem me proporcionando várias experiências, que vem agregando conhecimento sobre várias maneiras de fazer pesquisa pela diversidade de fontes, que eu nunca tinha manuseado, como os documentos históricos. Tem permitido desenvolver uma percepção, como estudante de Museologia, sobre o patrimônio imaterial dessas comunidades, que se exprime por meio da memória, das histórias sobre os lugares onde moram, da maneira de fabricar determinados objetos, etc.

O estudo de como se originaram estas comunidades no estado só passou a se desenvolver nas últimas duas décadas. Como eu pretendo continuar estudando este tema espero estar contribuindo para reconstruir a memória de grupos que foram poucos estudados até agora. As formas de transmissão da memória dentro destes grupos é um tema que pretendo prosseguir explorando. Vejo nos museus a falta de informação ou simplesmente descaso com a história e cultura dos segmentos negros que contribuíram para a formação do estado. Espero ajudar a criar uma maior sensibilidade sobre este tema na área da Museologia.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LEITE, I. B. Os quilombos no Brasil: questões conceituais e normativas. **Etnográfica**, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 333-354, 2000.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

RUBERT, R. A. Comunidades negras no RS: o redesenho do mapa estadual. In: SILVA, G. F.; SANTOS, J. A.; CARNEIRO, L. C. C. (org.). **RS negro: cartografias sobre a produção do conhecimento**. Porto Alegre: Edipucrs, 2008. Cap. 10, p. 165-181.

